



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
JORNAL IMPRESSOS

Correio Urbano

Promotor de Justiça pedirá proibição de feira em Lagarto

Ação Civil pode ser deflagrada para suspender funcionamento de qualquer feira que não esteja dentro de locais apropriados

“Cachorros comendo carne pendurada em bancas. Isso não é admissível. Vamos pedir o fechamento da feira livre de Lagarto”. As palavras fortes foram proferidas pelo promotor de Justiça Antônio Cesar Leite de Carvalho, da comarca de Lagarto (a 75 km de Aracaju), e é o mais novo capítulo de uma novela que se arrasta desde o início do ano.

O representante do Ministério Público Estadual (MPE) chamou a atenção para um fato considerado por ele como gravíssimo. Disse que recebeu um vídeo que lhe foi encaminhado, no qual aparece um cachorro comendo as carnes que ficam penduradas no mercado, o que classifica como um absurdo. “Repassei uma cópia desse vídeo para o doutor Antônio Carlos do Nascimento, titular da Curadoria do Consumidor e da Saúde Pública, para que tome providências no sentido de mover uma Ação para o fechamento e a suspensão de concessões de feiras em Lagarto”.

Antônio César Leite disse entender que a feira livre na cidade não pode continuar da forma como se encontra. “Isso é um absurdo! É preciso que a

sociedade se indigne. Inclusive, já passei a situação para as autoridades sanitárias, para que tomem providências no sentido de deflagrar uma Ação Civil para a suspensão de qualquer feira no município que não esteja dentro de locais apropriados ou que não atenda as normas da vigilância”, argumentou.

• Fora das normas

A feira em questão funciona provisoriamente num local inadequado, porque, até o momento, não foi aprovada a forma como se dará a distribuição das bancas que estão localizadas no Mercado José Correia Sobrinho, construído pela prefeitura. “Um mercado pronto para receber os comerciantes com todas as condições de higiene, pronto para ser fiscalizado pela Vigilância Sanitária, está nessa situação: fechado. Isso não é correto, diante dos vídeos que recebi, com as pessoas comprando carne que pode estar contaminada. Já repassei esses vídeos para o promotor Antônio Carlos do Nascimento, dos Direitos do Consumidor e da Saúde, para que possamos interditar e proibir toda e qualquer feira em Lagarto que não esteja de acordo com as normas da



FEIRA EM QUESTÃO FUNCIONA EM LOCAL INADEQUADO. BANCAS ESTÃO NO MERCADO JOSÉ CORREIA SOBRINHO

vigilância e dentro de um local adequado. Agora aguardarei a colega tomar as medidas necessárias”, resumiu Antônio César

• Ação será ingressada

O promotor disse ainda que irá deflagrar uma Ação Civil Pública contra o prefeito no sentido de que faça o processo licitatório com base na Lei Federal. A advertência, feita em uma entrevista a uma emissora de rádio local do município, foi devido à polêmica da Câmara de Vereadores, que pretende aprovar projeto de lei para que a prefeitura faça a doação de bancas no novo mercado para os feirantes. “Na verdade, o gestor não precisa de uma lei municipal para fazer a licitação - basta buscar na Constituição Federal e dar o andamento”, observou. O promotor esclareceu que a



Antônio César Leite disse que recebeu vídeo onde aparece um cachorro comendo as carnes que ficam penduradas no mercado

utilização do mercado só deverá ser feita com base na Lei 8.666 e nas Leis de Concessões por meio de um processo licitatório. Ele lembrou, ainda, que essa questão já foi tema de reuniões há mais de 60 dias no fórum local do MPE. “A prefeitura só pode permitir o uso de um bem público de algo de menor valor, e não pode ser a situação de um mercado, pois essa discussão já foi feita anteriormente com a questão das lanchonetes, por exemplo”, enfatizou.

Antônio César Leite revelou que tomou conhecimento de que a oposição ao prefeito na Câmara Municipal estaria elaborando um projeto de lei para que fosse feita a doação de bancas a feirantes. No entanto, o promotor advertiu que essa medida é inconstitucional e mais uma vez advertiu: “Espero que o presidente da Câmara não coloque em pauta um projeto esdrúxulo como esse, apesar de ter um regimento interno”.

Como houve diversas reuniões entre a prefeitura e o Ministério Público, inclusive com a participação de vereadores, o promotor se mostrou indignado com a atual situação. “Discutimos muito, demos opções, de forma que ficou

entendido que o projeto atual é melhor para os marchantes, inclusive”, disse o promotor, sem deixar de cobrar diretamente a postura de alguns parlamentares. “Ouvir dizer que alguns vereadores andam dizendo que esses espaços (do mercado) podem ser doados. Quem diz isso não conhece a lei. Se um vereador propuser a doação, sem a licitação, estarei no papel que me cabe e pedirei imediatamente a inconstitucionalidade”, destacou Antônio Cesar.

• “Tudo já foi dito”

O vereador Ibrain Monteiro (PTC), presidente da Câmara, alerta que já avisou todos os vereadores sobre a questão. “Tudo o que o promotor falou, nós dissemos antes. A lei não permite que sejam doados os locais. A lei exige que seja feita a licitação. Se a oposição quiser tumultuar, será preciso que a população fique atenta, pois é a cidade que está sendo prejudicada, não é a gestão. E se Lagarto ficar sem feira livre, é bom que se frise: a culpa é toda da oposição, que está tumultuando o processo licitatório e legal”, afirmou o presidente.

Já o prefeito Valmir Monteiro (PSC) também não se eximiu da responsabilidade. “Tudo o que a

lei manda, nós estamos fazendo. O projeto foi enviado, estamos aguardando a sua aprovação para iniciar a licitação. Agora, o que não posso é desobedecer a lei só porque alguns vereadores estão tentando confundir a população em interesse próprio e partidário”, avaliou Valmir.

Quando a essa questão partidária local, o promotor Antônio Cesar voltou à carga. “É preciso que o povo de Lagarto veja isso com olhos desapaixonados. Nós temos uma situação de um impasse que está sendo criado: um mercado totalmente estruturado não está existindo por conta de interesses particulares, muito pequenos, diante do interesse da coletividade. O povo tem que lançar seu grito de repúdio contra esses interesses particulares, especialmente se forem de cunho eleitoral”. E o promotor foi além: “Cheguei de férias e vou dar 15 dias para que esse problema seja resolvido. Se não, ajuzarei Ação para que o prefeito faça a licitação com base na Constituição e na Lei das Licitações, o que vai causar prejuízos para os feirantes, e pedirei o fechamento imediato da feira de Lagarto da forma como ela está sendo realizada”, finalizou Antônio Cesar.

A4 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju
quinta-feira 03 de agosto de 2017

DIVULGAÇÃO